

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA, LUTAS E RESISTÊNCIAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE) LAGO GRANDE, SANTARÉM/PA **SOCIOECONOMIC FORMATION, STRUGGLES AND RESISTANCE IN THE AGROEXTRATIVE SETTLEMENT PROJECT (PAE) LAGO GRANDE, SANTARÉM/PA**

Dulce Maria Penaforte Maia
Universidade Federal do Oeste do Pará
dulce.maia@discente.ufopa.edu.br

Sandro Augusto Viegas Leão
Universidade Federal do Oeste do Pará
sandroleao93@gmail.com

Andrea Simone Rente Leão
Universidade Federal do Oeste do Pará
asgrente@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero.

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar descritivamente a formação socioeconômica do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande (PAE Lago Grande), como representação de luta e resistência em defesa do território. Localizado em Santarém/Pa, o PAE Lago Grande, foi criado em 2005 por demanda das suas comunidades de assegurar o direito à terra. Tal resumo é um primeiro exercício de apresentação da pesquisa, realizada no Projeto Formaz. É uma pesquisa bibliográfica e descritiva. Em termos de resultados o estudo vem mostrando que a criação do PAE foi muito importante para a região, por propiciar a posse coletiva da terra contribuindo para a proteção dos recursos naturais da região, ameaçados por grandes empresas de mineração e madeireiras. Mas, ainda persistem desafios e ameaças, como a falta de efetivação dos processos de desapropriação e a não assinatura do CCDRU pelo INCRA, entraves que impedem o pleno desenvolvimento das comunidades e que demandam lutas e resistências.

Palavras-chave: Ruralidades; Assentamento Rural; Amazônia; Território Coletivo.

Abstract

This work aims to descriptively present the socioeconomic formation of the Lago Grande Agroextractivist Settlement Project (PAE Lago Grande), as a representation of struggle and resistance in defense of the territory. Located in Santarém/Pa, PAE Lago Grande was created in 2005 due to the demand of its communities to ensure their right to land. This summary is a first exercise in presenting the research, carried out in the Formaz Project. It is a bibliographic and descriptive research. In terms of results, the study has shown that the creation of the PAE was very important for the region, as it provided collective ownership of land, contributing to the protection of the region's natural resources, threatened by large mining and logging companies. However, challenges and threats still persist, such as the lack of implementation of expropriation processes and the failure to sign the CCDRU by INCRA, obstacles that prevent the full development of communities and that demand struggles and resistance.

Key words: Ruralities Rural Settlement; Amazon; Collective Territory.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar descritivamente a formação socioeconômica do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande (PAE Lago Grande), como representação de luta e resistência em defesa do território. Localizado em Santarém, no Pará, o PAE Lago Grande, foi criado em 2005 por demanda das comunidades que, historicamente, habitavam a região e necessitavam assegurar o seu direito à terra. O assentamento foi resultado de lutas e articulações políticas entre sindicatos, moradores e Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuavam na região.

Um projeto de assentamento é importante para garantir o direito à moradia, manutenção dos modos de vida tradicional e práticas coletivas de comunidades agroextrativistas. A região estudada é uma região de ocupação antiga, e motivo de disputas históricas, pela posse da terra e exploração dos recursos naturais. Por esses motivos as entidades representativas do PAE se unem na luta em defesa dos direitos do território e das comunidades.

No momento da criação do PAE Lago Grande em 2005 o objetivo seria regularizar as terras da população instalada na região, a fim de possibilitar aos beneficiários, o acesso a políticas públicas e, ao mesmo tempo resistir ao avanço de múltiplos invasores de terras e atividades ilegais sobre o território. Nesse sentido, vê-se com grande relevância pela sua história, região e atuação que pesquisas estejam sendo realizadas nesse território com fins de contribuir com o processo de fortalecimento e manutenção do mesmo. Portanto, este resumo tem a função de ser um primeiro exercício de apresentação da pesquisa que vem sendo realizada como um dos planos de ação do Projeto Formação Socioeconômica da Amazônia: estudos sobre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente (Projeto Formaz).

Como ainda é uma pesquisa em curso esse trabalho, metodologicamente, é uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem descritiva. E, o mesmo está dividido em cinco seções com esta Introdução.

2. A importância de PAEs e a história do PAE Lago Grande

Um projeto de assentamento de reforma agrária, conforme a definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2020) é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas em um imóvel rural e destinadas a famílias de agricultores e trabalhadores rurais de baixa renda, que devem exercer atividades econômicas no espaço concedido utilizando mão de obra familiar. A quantidade e a localização de lotes é definida a partir de estudos de capacidade de geração de renda, considerando destinação agropecuária, viabilidade econômica de exploração, acesso à água e outros aspectos fundamentais para a capacidade produtiva.

Existem as diversas modalidades de assentamentos do Incra, está o PAE, no qual os beneficiários são geralmente de comunidades extrativistas. O PAE pode ser organizado como um Assentamento Convencional, no qual a titulação da terra se dá de forma individual, ou como um Assentamento Ambientalmente Diferenciado, destinado a posse coletiva de famílias de agricultores, agroextrativistas, pescadores e trabalhadores rurais que ocupam terras públicas devolutas em áreas ricas em biodiversidade. A titulação coletiva garante que as famílias não serão expulsas do seu território e, desta forma, os projetos de assentamento agroextrativistas são uma política de reforma agrária que, além da distribuição de terras, garantem garantir o direito à moradia e a produção familiar de comunidades da zona rural, auxiliando para promoção da segurança alimentar dessas regiões (Feagle, 2019; Incra, 2020).

Nesse contexto, a história do PAE Lago Grande, começa com sua criação em 2005. O Incra reconheceu a legitimidade da posse coletiva da área por populações tradicionais que habitam e praticam o manejo sustentável da floresta. A área da Gleba Lago Grande, onde foi criado, é visada por grandes empresas para a exploração de madeira e extração de minério. As associações que lutaram pelo PAE acreditavam que “[...] a criação de um assentamento ambientalmente diferenciado, que prevê a titulação coletiva, impediria que seus moradores perdessem suas terras para os interesses econômicos que chegavam com força na região.” (Feagle, 2019, p. 2).

O PAE Lago Grande localiza-se em Santarém/Pará, entre os Rios Amazonas e Arapiuns. Segundo Figueira e Bastos (2023, p. 54) “Trata-se de um assentamento ambientalmente diferenciado, instituído em nível federal, com uma área total de 250.344 hectares, onde foram cadastradas na relação de beneficiários da reforma agrária 5.595 famílias”. Ao todo, existem no território do PAE Lago Grande, 155 comunidades e aldeias.

Para Figueira e Bastos (2023), o PAE Lago Grande, embora venha enfrentando muitos desafios e ameaças, é resultado de um processo de articulação política iniciado no ano de 1998 entre diversas entidades e representações de dentro e fora do território até 2005, ano que foi criado. Segundo Folhes, Aguiar e Santos (2012), na década de 1990 houve aumento da grilagem de terras inflamando a situação fundiária da região, o qual impulsionou a união dos movimentos sociais, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e outras organizações para articulação de criação do assentamento.

Após a conquista do projeto de assentamento, tais ameaças puderam ser mitigadas por hora, pois as famílias puderam garantir que não seriam retiradas de suas terras, e que não teria interferência de grandes empresas para exploração econômica. Porém, segundo Figueira e Bastos (2023), até o momento, 19 anos depois da criação do PAE o Incra ainda não efetivou os processos de desapropriação, o que impossibilitou a assinatura do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU), o qual assegura a plena implementação do PAE e possibilitaria o acesso a políticas públicas por parte das famílias como crédito e assistência agrícola.

Os conflitos na região do Lago Grande não são atuais. Este está localizado em uma região de ocupação antiga que possui atrativos naturais, com grande variedade de peixes, terras cultiváveis e propícias para a pecuária que chamaram a atenção dos colonizadores. Portanto, a formação socioeconômica do PAE Lago Grande passa por momentos importantes desde o período colonial, marcada pela concentração de terra, reflexo da distribuição de terras às famílias de colonizadores por meio do sistema português sesmarias, localizadas estrategicamente em áreas de transição entre a várzea e a terra firme, com objetivo de instalar grandes fazendas produtivas de atividades como pecuária e plantação de cacau (Folhes, 2016). Segundo Folhes, Aguiar e Santos (2012), nas décadas de 1940/1950 as atividades econômicas predominantes eram a pecuária, o cultivo da juta e a pesca.

Segundo informações do Projeto Saúde e Alegria (PSA, 2012), atualmente, as principais atividades econômicas praticadas pelos moradores são a agricultura tradicional, pesca, criação de animais e extrativismo florestal. E, pode-se dizer que nos dias atuais, as disputas pela terra e seus recursos naturais continuam via fazendeiros, empresas de mineração, dentre outros que, geram conflitos e a necessidade de organização e defesa do seu território.

3. Lutas e Defesas do Território

A conquista da criação do PAE Lago Grande foi marcada por uma grande articulação e luta das entidades envolvidas, tendo como marco importante a criação da Federação das Associações de Moradores e Comunidades da Gleba Lago Grande (Feagle) para representar as regiões que compõem o território frente ao poder público e a sociedade civil. Na região do Lago Grande há diversos conflitos pelo território, causados por divergências de interesses. Entre esses conflitos pode-se citar conforme apontado por Folhes, Aguiar e Santos (2012), as pressões de madeireiras e mineradoras presentes nas cidades vizinhas, interesses de grupos políticos e o aumento da pressão do mercado de terras. Apesar da criação do PAE garantir o direito coletivo de posse e impossibilidade de apropriação de terras pelas grandes empresas, o território ainda sofre com essas ameaças.

Além da Feagle e o STTR, soma-se à essa luta em defesa do território, o Coletivo de “Jovens Guardiões em Defesa do Bem Viver”, criado em 2019, a partir do grupo de pastoral da Igreja Católica que atua na região. Este coletivo trabalha mobilizando as comunidades e promovendo eventos como a Romaria do Bem-Viver, atos políticos que reúne todas as comunidades da região, diferentes organizações e entidades para discutir a defesa dos Rios e das Florestas (Pereira, *et al.*, 2023).

Vale ressaltar que a Feagle em parceria com outras entidades estão se mobilizando para que o Incra assine o CCDRU, documento que repassará a posse da Gleba Lago Grande para as famílias (Feagle, 2019). A luta pelo CCDRU é importante porque “quando for concluída a

titulação coletiva, além da segurança fundiária, políticas de apoio à produção familiar e agroextrativista também poderão ser implementadas” (Feagle, 2019, p. 3). Nesse contexto, destaca-se quão relevante são essas organizações como a Feagle e o Coletivo dos Jovens Guardiões do Bem Viver como representações de luta e resistência das pessoas que vivem no PAE Lago Grande.

4. Considerações Finais

A criação do PAE foi muito importante para a região do Lago Grande, propiciou a garantia de posse coletiva da terra contribuindo para a proteção dos recursos naturais da região que eram ameaçados por grandes empresas de mineração e madeireiras. Como foi descrito, a criação deste assentamento foi resultado de uma longa e árdua luta das comunidades locais, em parceria com organizações sociais e entidades representativas.

A história do PAE remonta ao período de colonização, por conflitos fundiários e disputas pelo controle dos recursos extrativistas da região. Apesar disto, a conquista do assentamento representou um marco na defesa do território e na preservação do modo de vida das populações locais. Embora o assentamento tenha propiciado alguns avanços, ainda persistem desafios e ameaças, como a falta de efetivação dos processos de desapropriação e a não assinatura do CCDRU pelo Incra, entraves que impedem o pleno desenvolvimento das comunidades, tornando-se assim, mais que relevantes estudos sobre a região e sua disseminação.

5. Referências

- FEAGLE. **O que é o PAE Lago Grande?** Santarém: FASE, 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325_folheto_PAElagograndeWEB.pdf. Acesso em: 25 set 2023.
- FIGUEIRA, E. S.; BASTOS, I. PAE Lago Grande: reforma agrária para proteção de territórios coletivos e efetivação de direitos no Pará. In: CHAVES, K. A.; BAPTISTA, T. H. C.; MILLIKAN, B. (Orgs.). **Monitoramento Independente e a Proteção de Territórios e Direitos na Amazônia**. São Paulo: FGVces, 2023. p. 54 - 60.
- FOLHES, R. T. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. 300f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- FOLHES, R. T.; AGUIAR, A. P. D. de; SANTOS JUNIOR, R. A. O. Cenários participativos de mudanças no uso da terra na Amazônia: o caso de Vila Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande, PA. **Revista Campo-Território**, v. 7, n. 14, Uberlândia, ago./2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14987> . Acesso em: 2 out. 2023.
- INCRA. **Assentamentos**. Brasília: INCRA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 04 abril 2024.
- PEREIRA, T. R.; SILVA, G. A.; LEÃO, A. S. R.; AZERÊDO, R. F. Alternativas ao Desenvolvimento na Amazônia: um relato de experiência da I Romaria do Bem Viver no PAE Lago Grande, Santarém, PA. In: SILVA, G. A. (Org.). **Pós-Desenvolvimento e Bem Viver na Amazônia: aspectos teóricos e perspectivas aplicadas**. Curitiba: Editora CRV, 2023.
- PSA. **Mapeamentos participativos e elaboração de Planos de Uso**. Santarém: PSA, 2012. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/03/PSA_CartilhaPlanoDeUso.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.